40. Moisés recebe gratificação por tempo de serviço outorgada por sua empregadora, a empresa H. Sentença normativa previu gratificação da mesma natureza. Neste caso, Moisés tem direito a receber

(A) exclusivamente a que lhe seja mais benéfica.

(B) 50% de cada gratificação em razão da existência de dispositivo legal expresso neste sentido.

(C) exclusivamente a gratificação prevista em sentença normativa em razão da impositividade proveniente das sentenças.

(D) as duas gratificações, uma vez que possuem fontes distintas.

(E) exclusivamente a gratificação outorgada pela empregadora em razão da antiguidade existente.

41. Contra o despacho que não admitir o recurso de Embargos de decisão não unânime de julgamento que homologou conciliação em dissídio coletivo que excedeu a competência territorial do Tribunal Regional do Trabalho competente caberá

(A) Agravo de instrumento no prazo de dez dias.

(B) Agravo Regimental.

(C) Recurso de Revista.

(D) Agravo de Instrumento no prazo de oito dias.

(E) Agravo de Petição.

42. Em relação às Convenções Coletivas de Trabalho, é certo que

(A) segundo a CLT é facultado as Convenções Coletivas de Trabalho conter penalidades para os sindicatos convenentes em caso de violação de seus dispositivos.

(B) o prazo máximo de vigência da norma coletiva é de três anos, havendo expressa determinação legal neste sentido.

(C) para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho é necessário o comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 dos associados da entidade em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

(D) as partes convenentes poderão revogar parcialmente, a convenção antes do termo final estipulado, independentemente de autorizadas por Assembléia.

(E) as Convenções Coletivas de Trabalho não poderão ser revistas antes do prazo pré-estipulado, podendo apenas ocorrer revogação parcial.

43. Considere as seguintes assertivas a respeito do repouso semanal remunerado:

I. De acordo com a jurisprudência sumulada do TST, é devida a remuneração do repouso semanal dos dias feriados ao empregado comissionista, exceto se pracista.

II. Computam-se no cálculo do repouso semanal remunerado as horas extras habitualmente prestadas.

III. Os empregados que recebem um salário fixo mensal já têm incluído nesse valor a remuneração do repouso semanal.

IV. O adicional de periculosidade não incide no cálculo do repouso semanal remunerado.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) III e IV.
(C) II, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II e IV.

44. Considere as seguintes situações:

I. Contratação de empregados por autarquia federal sem prévio Concurso Público.

II. Greve no serviço de saúde com o não atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

III. Dispensa coletiva de trabalhadores durante uma greve, como forma de retaliação.

IV. Atraso ou sonegação de salário dos empregados de determinada empresa.

Trata-se de situação concreta da existência de **interesses e direitos difusos** a serem tutelados pelo Ministério Público do Trabalho por meio da competente Ação Civil Pública as indicadas APENAS em

(A) III e IV.
(B) I.
(C) I, II e III.
(D) I e II.
(E) II, III e IV.

45. Com relação à ação rescisória trabalhista, é correto afirmar:

(A) O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao pólo passivo da demanda e facultativo em relação ao pólo ativo da demanda.

(B) O direito de propor ação rescisória extingue em três anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

(C) É plenamente cabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação.

(D) Na ação rescisória o que se ataca é a sentença, ato oficial do Estado, assim, a revelia produz confissão.

(E) Em se tratando de rescisória de rescisória, admite-se a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior.

46. Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença,

(A) não caberá Recurso de Revista em nenhuma hipótese, por expressa vedação legal.

(B) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de divergência jurisprudencial comprovada documentalmente.

(C) caberá, em qualquer hipótese, Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de oito dias.

(D) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

(E) caberá, em qualquer hipótese, Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de quinze dias.

47. No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até

(A) a data da primeira decisão que determinou essa conversão.

(B) a data do ajuizamento da reclamação trabalhista.

(C) a data em que a estabilidade acabaria.

(D) o trânsito em julgado da decisão que determinou essa conversão.

(E) a data da dispensa arbitrária.

48. Considere as seguintes assertivas a respeito do mandado de segurança no âmbito do processo do trabalho:

I. Caberá mandado de segurança da decisão que cerceia direito de defesa da parte.

II. Não cabe mandado de segurança de decisão transitada em julgado.

III. Caberá mandado de segurança em face do deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.

IV. Fere direito líquido e certo a concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de norma coletiva.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.
(B) I, III e IV.
(C) I e II.
(D) II, III e IV.
(E) I, II e III.

49. A ação trabalhista

(A) interrompe a prescrição em relação a todos os pedidos e causa de pedir, exceto se arquivada.

(B) interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, ainda que arquivada.

(C) não interrompe a prescrição, havendo apenas a sua suspensão enquanto ocorre o trâmite da respectiva ação.

(D) interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, exceto se arquivada.

(E) interrompe a prescrição em relação a todos os pedidos e causa de pedir, ainda que arquivada.

50. Por ter sido invalidada sua demissão, por uma decisão administrativa, Celso foi reintegrado no cargo anteriormente ocupado, ou seja, de analista judiciário (área judiciária). Porém, o cargo se encontra ocupado por Antonio, analista judiciário (área de execução de mandados). Nesse caso, Antonio será

(A) transferido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou nomeado para outro cargo, ou, ainda, reconduzido para um cargo vago.

(B) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

(C) nomeado para o cargo assemelhado, com direito à indenização ou reconduzido ao cargo de origem, ou, ainda, aproveitado em outro cargo.

(D) aproveitado em cargo assemelhado, sem direito a indenização ou transferido ao cargo de origem, ou, ainda, posto em disponibilidade.

(E) revertido ao cargo de origem, com direito à indenização ou posto em disponibilidade, ou ainda, nomeado para um cargo vago.

S.P.Q.R. PREPARO JURÍDICO PARA CONCURSOS